



Outubro 2004 - Nº3

MULHERES, PAZ E CONFLITOS ARMADOS

SUMÁRIO

•**Editorial**

José Manuel Pureza e Tatiana Moura

(Página 1)

•**Teoria da P@X**

Entrevista com Margarida Calafate Ribeiro: “Elas humanizavam a guerra”

Tatiana Moura

(Páginas 2 e 3)

•**Observatório das P@xes**

Lugares de guerra e de paz
Fazedores de P@xes

•Nobel da Paz 2004

(Página 4)

•**Estudos sobre a P@x**

“Vulnerabilidade e cultura de sustentabilidade da vida”

Carmen Magallón Portolés

(Página 5)

“O Sujeito da Segurança Revisitado”

Maria Stern

(Páginas 6 e 7)

•**No sótão do NEP**

Recensão

(Páginas 8 e 9)

Memória de Actividades do NEP

(Página 10)

P@X

-Coordenação do Núcleo de Estudos para a Paz:

José Manuel Pureza

-Coordenação do Boletim P@X:

Mónica Rafael Simões

-Número temático organizado por:

Tatiana Moura

Núcleo de Estudos para a Paz

Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Colégio S. Jerónimo, Apartado 3087

3001-401 Coimbra

Portugal

Tel: + 351 239 855584

Fax: + 351 239 855589

<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep>

nep@ces.uc.pt

Editorial

Se outro mérito não teve, a atribuição do Nobel da Paz a Wangari Maathai veio abrir espaço para pensar e debater com mais intensidade a específica relação entre as mulheres, a paz e os conflitos.

O estereótipo da associação automática entre mulheres e paz, que essencializa uma suposta natureza feminina do cuidado, da ternura ou do desprendimento material, não resiste à constatação do envolvimento de mulheres nos lugares de horror da guerra mais suja, desde os ataques suicidas na Chechénia ou em Israel até à execução de brutalidades na prisão de Abu-Ghraib. Há pois que subir o patamar de exigência, reconhecendo que sabemos pouco a este respeito e que os estereótipos redutores são, aqui como noutros domínios, expressões de pura preguiça intelectual.

As análises sobre a participação das mulheres em contextos de conflitos armados e sobre os impactos destes conflitos nas suas vidas são recentes. Começaram a surgir nos anos 80, como uma das componentes de uma linha de investigação feminista sobre a paz e a violência. E, muito embora a guerra tenha sido motivo de posicionamento colectivo e individual para as mulheres de todas as épocas históricas, somente há pouco mais de uma década se começaram a ter em consideração as especificidades das necessidades das mulheres em contextos de conflitos armados e em períodos de reconstrução pós-bélica, em particular ao nível das Nações Unidas.

Esta abertura teve resultados perversos: as mulheres (juntamente com as crianças) entraram neste domínio analítico como um “grupo especialmente vulnerável”, assim se reproduzindo a tradicional imagem patriarcal da mulher frágil e carente de protecção. A generalização desta experiência de vulnerabilidade conduziu à minimização do reconhecimento da ampla variedade de papéis que as mulheres (tal como os homens) assumem nestes períodos. Esta falha foi reconhecida recentemente pelas Nações Unidas. Em 31 de Outubro de 2000 o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz, Segurança e Direitos Humanos que exprimiu a necessidade de oferecer uma resposta às preocupações manifestadas e sentidas por mulheres durante e depois dos conflitos.

Continuamos, pois, desafiados/as a encarar a marginalização e a subalternização de alguns colectivos, em particular as mulheres, na análise dos conflitos e na imaginação da paz. É esse desafio que este número do P@x assume. Este é o nosso primeiro número temático. Essa condição impôs alterações de conteúdos “normais” em determinadas secções e deu-nos o privilégio de integrar uma mais intensa colaboração de pessoas exteriores ao NEP. É um caminho a prosseguir.

José Manuel Pureza e Tatiana Moura

Teoria da P@X

ENTREVISTA com MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO*, realizada por Tatiana Moura

Mulheres portuguesas na guerra colonial ELAS HUMANIZAVAM A GUERRA

Na sequência da sua tese de doutoramento intitulada *Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo na Literatura Contemporânea* realizada no King's College de Londres, Margarida Calafate Ribeiro decidiu aprofundar a investigação sobre a participação das mulheres portuguesas na guerra colonial, em especial daquelas que viveram em África durante algum tempo acompanhando os seus maridos em missão militar.

TM - *Os papéis desempenhados por mulheres portuguesas durante a guerra colonial é uma realidade sobre a qual se sabe ou se fala pouco. E subitamente tu pegas no tema na sequência de uma investigação literária...*

MCR - Sim, na minha investigação anterior verifiquei que as mulheres que tinham estado em África, acompanhando os seus maridos na Guerra Colonial, apenas tinham um rosto ficcional. E era um rosto ficcional extremamente potente, dentro do corpus da literatura de guerra colonial, porque elas lançam realmente um olhar alternativo. Tanto no romance como na poesia. Eram relatos de uma guerra que lhes era transmitida, já filtrada, muito filtrada, por uma visão masculina, uma guerra que elas assumem através de discursos recebidos, relatos de tentativas de invenção da vida ali naquele acompanhamento um bocado *sui generis*.

Achei interessante o facto de essas mulheres terem somente rostos ficcionais. Nunca ninguém tinha falado delas, ninguém tinha pensado em ver se elas tinham tido alguma contribuição importante. Pareceu-me, por isso, um grupo extremamente curioso de trabalhar.

TM - *Actualmente existem já análises sobre os diversos papéis desempenhados por mulheres durante as guerras. No entanto, este papel de acompanhamento dos maridos em tempo de guerra, no qual se centra o teu estudo, parece-me um caso único. Podemos considerar este caso um caso excepcional?*

MCR - É um caso único nas guerras coloniais africanas do século XX; não é um caso único na História portuguesa, nem na história universal.

Nas guerras coloniais recentes é. Por exemplo, a guerra mais próxima até em termos ideológicos da nossa foi a guerra da Argélia, e a França tem realmente quase uma continuidade territorial com a Argélia, com o Mediterrâneo a separar. Portanto não era muito complicado deslocar as mulheres...mas porque é que essas mulheres não foram e as nossas foram?

De alguma forma, o facilitar esta ida de mulheres, tornava a guerra disfarçável, que era um dos objectivos. Para um homem que vai para a guerra em família, uma estadia de dois anos torna-se uma operação de uma semana, de um mês. Portanto a coisa fica muito mais tolerável em termos de tempo, de duração, fica muito mais amenizada em termos de humanidade, até. Ora isso não aconteceu nas outras guerras coloniais, os ingleses não levaram as mulheres, por exemplo.

TM - *A imagem que passava era a de que os combatentes iam fazer a guerra, como sempre para proteger as "suas mulheres e as suas crianças", mas agora levando-as consigo para o teatro de guerra...*

MCF - Exacto, portanto a velha máxima da guerra: eles protegem o núcleo familiar da reprodução. E elas apenas "deslocavam a sua casa" da metrópole para África. Pela pesquisa que fiz em arquivo, não posso afirmar que havia uma política activa, declarada nesse sentido. Mas havia uma certa facilidade de deslocação, mesmo até de mulheres de milicianos. Esse movimento não era só de mulheres, era de famílias. Eram mulheres muito jovens que viajavam com as suas crianças, muitas vezes para sítios perfeitamente recônditos. No entanto mesmo nos arquivos não foi atribuído valor histórico a essas deslocações. Por isso uma parte substancial do meu trabalho consiste em recolher depoimentos destas mulheres.

TM - *O que levou essas mulheres a acompanhar os seus maridos? Porque é que elas decidiram ir para a guerra?*

MCR - A primeira razão é amorosa, é romântica, perfeitamente. Acima de tudo as mulheres referem o cuidado como um contributo muito importante, uma vez que podiam ir.

Teoria da P@X

Elas humanizavam a desumanidade da guerra para além das suas famílias. Tenho casos de pessoas que escreviam cartas, outras davam aulas (porque normalmente tinham alguma formação) - tanto a soldados como nas escolas locais que havia. E esse é um dado que me parece muito importante na percepção que elas trazem da guerra, porque elas tiveram um contacto outro com a população. E portanto também podiam transmitir alguma coisa aos seus maridos. E acho que elas de alguma forma tiveram uma participação muito importante, para o bem e para o mal. Talvez isso tenha permitido um certo prolongamento da situação, talvez as mulheres tenham, de alguma forma e inconscientemente, contribuído para esse disfarce da guerra. Mas por outro lado penso que elas também foram fundamentais mudança e na humanização de uma situação de grande desumanidade, sobretudo dos grandes isolamentos, e foram também fundamentais nesse tal olhar alternativo que aparece na ficção, porque elas não estão na guerra, elas ouvem falar da guerra.

TM - *Como foi o pós-guerra para estas mulheres que acompanharam os seus maridos, combatentes?*

MCR - Penso que o pós-guerra destas mulheres, no caso português, teve uma componente muito importante: a de assegurar a continuidade da normalidade, assegurar um regresso mais ou menos confortável. Normalmente não regressam os dois, ela regressa primeiro e ele depois, é uma questão de semanas ou de meses. O regressar primeiro já significa criar as condições para que ele venha bem. Portanto, elas vêm preparar o regresso e asseguram uma certa normalidade. Estamos a falar, em alguns casos, de estudantes universitários, de milicianos, que não completavam o seu curso. Mas as mulheres completavam, e muitas vezes foram elas que asseguraram o primeiro impacto económico de sustentar uma casa.

A mulher portuguesa aguenta, aguenta e resiste e faz aquilo que o Estado não faz, faz a política do Estado Providência, portanto protege de alguma forma essa pessoa que deveria ser protegida, o veterano de guerra, que deveria ter acompanhamento psiquiátrico, por exemplo...

* Investigadora auxiliar do Centro de Estudos Sociais, doutorada no King's College, Universidade de Londres, com a tese *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo*, publicada em 2004 pela Afrontamento.

É co-organizadora de *Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo* (Porto: Campo das Letras, 2003) e de *A Primavera toda para ti - Homenagem a Helder Macedo* (Presença, 2004).

Observatório das P@xes

Lugares de guerra e de paz

LUGARES de PAZ

Women Waging Peace is currently an operating program of [Hunt Alternatives Fund](#), which advances innovative and inclusive approaches to social change at local, national, and global levels

(<http://www.womenwagingpeace.net>)

Women at Work: Preventing Gun Violence, IANSA Women's Network Bulletin

(<http://www.iansa.org/women/index.htm>)

Conflict Trends, issue 3/2003, "Women, Peace and Security" - a quarterly magazine published by ACCORD, a conflict resolution organization based in Durban, South Africa.

(http://www.unifem.org/index.php?f_page_pid=208)

PeaceWomen Project - A Project of the Women's International League for Peace and Freedom

(<http://www.peacewomen.org/>)

Women, War and Peace: The Independent Experts' Assessment on the Impact of Armed Conflict on Women and Women's Role in Peacebuilding - By Elisabeth Rehn & Ellen Johnson Sirleaf

(http://www.unifem.org/index.php?f_page_pid=149)

LUGARES de GUERRA

Women Facing War, ICRC, Geneva, 2001

(http://www.icrc.org/WEB/ENG/siteeng0.nsf/htmlall/p0798?OpenDocument&style=Custo_Final.4&View=defaultBody2)

Sudan, Darfur: Rape as a weapon of war: sexual violence and its consequences, Amnesty International, July 2004

([http://web.amnesty.org/library/pdf/AFR540762004ENGLISH/\\$File/AFR5407604.pdf](http://web.amnesty.org/library/pdf/AFR540762004ENGLISH/$File/AFR5407604.pdf))

Girl Soldiers: Challenging the Assumptions, Rachel Brett, Quaker UN Office Geneva, 2002

(http://www.geneva.quono.info/pdf/Girl_Soldiers.doc.pdf)

Sexual Violence and Armed Conflict: United Nations Response, UN Report. UN DAW (Division for the Advancement of Women), Published to Promote the Goals of the Beijing Declaration and the Platform for Action, April 1998

(<http://www.un.org/womenwatch/daw/public/cover.htm>)

Fazedores de P@xes

NOBEL DA PAZ 2004

The Norwegian Nobel Committee

(<http://nobelprize.org/peace/laureates/2004/press.html>)

The Green Belt Movement

(<http://www.greenbeltmovement.org/>)

Tatiana Moura, "A Paz das Pequenas Coisas", *Diário de Coimbra*, 20 de Outubro de 2004

(<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep/pdfs/wangari.pdf>)

WEDO/UNEP, *Women and the Environment*, Policy Series, New York, 2004.

(<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=67&ArticleID=4518&l=en>)

Estudos sobre a P@X

Os ataques terroristas fazem-nos sentir colectivamente vulneráveis. O 11 de Setembro tinha feito os norte americanos sentirem-se profundamente vulneráveis. O 11 de Março fez o mesmo connosco. As guerras do Afeganistão e do Iraque foram justificadas aos olhos das pessoas como uma forma de terminar com esta vulnerabilidade. Há um modelo para fazer face à vulnerabilidade, segundo Carol Cohn^[1], que se centra na necessidade da invulnerabilidade: defendendo as fronteiras, rearmando-se maciçamente e mesmo destruindo de modo preventivo o que nos poderia destruir. É a estratégia da Administração Bush. Uma outra abordagem, mais centrada no contexto, será aceitar a vulnerabilidade como inevitável, criando um cenário em que cada vez menos pessoas vejam o terrorismo como a sua opção mais viável. Partindo desta segunda abordagem entende-se que nunca nos podemos tornar invulneráveis e que a procura da invulnerabilidade conduz de facto a algo pior, para nós próprios e para os outros.

O que tem o género - o conjunto de relações de poder e de significados atribuídos a homens e mulheres - a ver com isto? Tanto homens como mulheres podem optar pela segunda abordagem. No entanto, ao nível simbólico, a procura da invulnerabilidade está codificada como forte e *masculina*, enquanto que o reconhecimento da interdependência e a vulnerabilidade, baseado na tentativa de compreender o outro, é algo que está codificado culturalmente como débil e *feminino*. As valências de género destas perspectivas fazem com que qualquer líder político convencional evite a segunda opção, por falta de convicção ou por medo de ser desacreditado, acusado de falta de virilidade.

Há, sem dúvida, motivações complexas, mas pode afirmar-se que é o predomínio da lógica da acumulação económica e de poder, que rege as relações internacionais, que subjaz a esta desvalorização que invisibiliza e exclui a lógica da sustentabilidade da vida, a lógica que assume a vulnerabilidade.

Mas estas lógicas não são imutáveis. A lógica da acumulação está a ser questionada por movimentos altergloblização, por grupos de mulheres pela paz e outros movimentos sociais. Somos muitos/as a pensar que urge defender, expandir e universalizar a lógica da sustentabilidade da vida.

[1] Carol Cohn e Sara Ruddick, "A Feminist Ethical Perspective on Weapons of Mass Destruction", em Steven Lee e Sohail Hashmi (orgs.) *Ethics and Weapons of Mass Destruction*. Cambridge: Cambridge University Press (no prelo).

VULNERABILIDADE

E

CULTURA

DE

SUSTENTABILIDADE

DA

VIDA

Carmen Magallón Portolés

*(Directora da Fundação
Seminario de Investigación para la Paz,
Saragoça)*

Estudos sobre a P@X

Tem-se tornado cada vez mais claro que *quem (nós dizemos que) somos* tem influência na forma como concebemos, reivindicamos e praticamos a segurança. Do mesmo modo, a forma como verbalizamos a segurança, nomeamos o perigo e as ameaças e, bem assim, a segurança e o bem-estar, é algo que determina e enforma uma expressão particular da nossa identidade, que serve para 'nos' representar ou, por outras palavras, para representar o (supostamente soberano) sujeito da segurança.

Partindo dos desafios colocados pela leitura das representações de insegurança nas narrativas das mulheres Maias na Guatemala em 1995, defendo que a segurança e a identidade são concomitantes. Qualquer ensaio de conferir um sentido às experiências de insegurança e às lutas pela segurança expressas por pessoas como as mulheres Maias - cuja identidade política não coincide com os parâmetros do Estado-nação onde residem - tem que levar a sério, e repensar criticamente, a inter-relação entre (in)segurança e identidade.

As múltiplas inseguranças das mulheres Maias não podem ser entendidas separadamente das suas lutas pela identidade política: o que elas consideravam ameaças e anteviam como segurança promissora dependia de *quem elas eram*. Elas não se identificavam com a formulação particular da identidade nacional guatemalteca que prevalecia naquele tempo; ao invés, identificavam-se, em parte, por oposição às pretensões homogeneizadoras do nacionalismo guatemalteco, afirmando que a sua cultura e identidade (*ser Maia*) estavam em risco neste violento projecto nacional. Elas identificavam-se enquanto *mulheres* Maias cuja feminilidade era definida em parte pelos seus papéis de guardiãs e transmissoras da cultura Maia. Enquanto mulheres, no entanto, eram particularmente vulneráveis tanto aos males do sexismo dentro das suas comunidades (e lares) como à violência sexuada das tácticas militares.

O SUJEITO DA SEGURANÇA REVISITADO

Identificavam-se também como camponesas pobres (*campesinas*) cuja ligação - e portanto acesso - a terra cultivável era vital para a sua sobrevivência física e cultural. Neste sentido, a pobreza decorrente das políticas económicas neoliberais de uma economia de exportação e a consequente distribuição nacional de terras constituíam uma enorme ameaça à sua segurança. Em síntese, a insegurança das mulheres Maias era híbrida, contingente, definida em termos das suas múltiplas e variadas identidades e articulada com sistemas interligados de opressão e de dominação.

Apesar das mudanças no campo dos estudos sobre segurança, com a inclusão da identidade como um sujeito possível da segurança, problemas como os das mulheres Maias raramente aparecem em artigos, livros, conferências e pareceres políticos que moldam os estudos sobre segurança em termos de política global.* Para a maioria, a 'chegada' da identidade ao domínio da segurança antecipa ainda outro 'nível ou domínio' carecido de segurança. Chamadas de atenção para a identidade sexual como o "novo" e crítico sujeito de segurança arriscam-se pois a criar condições para a defesa da noção de que a segurança é sempre possível, e para uma infundável busca para obrigar quem se pretende garantir segurança - o sujeito da segurança.

E, no entanto, as formulações, pelas mulheres Maias, das suas inseguranças resistem a uma categorização estanque. A "segurança de género", a "segurança cultural" ou até mesmo a "segurança humana jamais poderiam captar ou representar a integralidade das suas experiências.

Em vez de aceitarem a identidade como um nível ou entidade de algum modo estável ou tangível que pode ser nomeados e seguros, alguns teóricos críticos que ensaiaram a desmontagem da lógica da segurança mostraram como, em diferentes contextos, o poder soberano se constrói a si mesmo

Estudos sobre a P@X

através da utilização de discursos de perigo e de insegurança - através da nomeação de ameaças, de inimigos, do Outro, produzindo assim a identidade a que se pretende garantir segurança. A garantia de segurança a um sujeito assenta no mito de que esse sujeito já existe e tem necessidade de segurança. Todavia, em vez de o sujeito da segurança estar autonomizado e existir com anterioridade ao acto de "dizer" ou escrever a segurança**, é através do acto de nomear a ameaça e o perigo que o 'sujeito da segurança'*** é formado.

Ao integrarem várias lutas pela segurança e pela identidade, as narrativas das mulheres Maias problematizam, além do mais, a relação entre segurança e identidade, sublinhando a multiplicidade das suas identidades e das suas inseguranças. Em termos simples, a relação entre segurança e identidade deve ser perspectivada como algo complexo e contingente. A violência, que é deficientemente compreendida à luz do pensamento centrado na segurança estatal, poderia talvez ser mais bem entendida se formulássemos algumas questões a propósito do prejuízo que pode ocorrer na confluência entre pretensões identitárias conflitantes e tentativas de garantir segurança às posições dos sujeitos.

Dados estes argumentos, sugiro então que a atenção cuidada às anómalas narrativas de insegurança como as das mulheres Maias, constitui certamente um contributo para repensar profundamente os conceitos e as práticas da insegurança e da identidade. A minha esperança é que essa reconsideração ofereça espaços para um melhor entendimento e, com isso, para analisar de que modo as instituições políticas nomeiam o perigo e a ameaça e identificam estratégias para garantir segurança.

O
S
U
J
E
I
T
O
D
A
S
E
G
U
R
A
N
Ç
A
R
E
V
I
S
I
T
A
D
O

Maria Stern

(Departamento de Investigação em Paz e Desenvolvimento [PADRIGU], Universidade de Gotemburgo, Suécia)

Este artigo baseia-se no trabalho que desenvolvi na Guatemala (Stern, Naming Insecurity- Constructing Identity, Manchester University Press, no prelo). Baseado em entrevistas sobre histórias de vida parciais que realizei com líderes de diferentes organizações do movimento popular/Maia antes do Acordo de Paz de 1996, este livro explora as noções de perigo e de mal significativas para, e que constituem, as vidas de muitas mulheres Maias na Guatemala.

* C.f. Lapid, Y. e Kratochwil, F. (1996) *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers; McSweeney, B. (1999). *Security, Identity and Interests: A Sociology of International relations*, Cambridge: Cambridge University Press; Buzan *et al.* 1998.

** Campbell, 1992; Waever 1993, 1998.

*** Para mais discussão sobre o tema, ver Walker, em Krause e Williams, 1999 e Hoogestein, e Rottem, 2004, "Gender and the Subject of Security", *Security Dialogue*, Vol. 35(2): 155-171.

No sótão do NEP

Recensão

Meintjes, Sheila; Pillay, Anu e Turshen, Meredith (orgs.) (2002), *The Aftermath: Women in post-conflict transformation*. Londres: Zed Books.

No terreno dos conflitos e da reconstrução pós-bélica, as mulheres têm sido consideradas, estereotipada e historicamente, como simples vítimas, como actores passivos na transformação social. Este livro pretende ir além desta abordagem e contribuir para a criação de um novo quadro teórico de análise das experiências das mulheres nas sociedades fustigadas pelos conflitos armados.

A obra, coordenada por Sheila Meintjes (Universidade de Witwatersrand), Anu Pillay (*Masimanyane Women's Support Centre e Tshwarnag Legal Advocacy to End Violence against Women*) e Meredith Turshen (Universidade de Rutgers), surge na sequência de duas conferências e um encontro. Nestes eventos, onde participaram cientistas sociais, activistas, organizações internacionais e ONG de todo o mundo conclui-se, em termos gerais, que não era concedida às mulheres a possibilidade de participar activamente na reconstrução de sociedades devastadas por conflitos. Prova disso é a perpetuação da violência e a marginalização por elas sofrida, num contexto de pós-guerra que se mantém inalterado e, portanto, patriarcal. Para as mulheres, bem como para as sociedades devastadas por conflitos em geral, o processo de reconstrução é muito mais moroso e exigente do que o fim das hostilidades.

Este livro é composto por duas partes.

Na primeira parte, constituída por seis capítulos, apresenta-se um novo quadro teórico, que pretende revolucionar a forma como se analisa a participação das mulheres no pós-conflito.

No entender das coordenadoras, grande parte das abordagens existentes têm sido insatisfatórias, dado que se centram na assistência humanitária e na reorganização política, em detrimento da focalização nos direitos específicos das mulheres (direito à saúde reprodutiva, à educação superior, à participação activa na sociedade, etc.). Com vista a colmatar as lacunas destas abordagens, propõem a análise de alguns aspectos intrinsecamente relacionados com o papel da mulher na reconstrução pós-bélica. Antes de mais, propõem a desconstrução da unidade de análise "mulher". Não se tratando de um grupo homogéneo e indiferenciado, tem de ser contextualizado em função de outros elementos identitários, como a raça, a classe social, o estado civil, o grau de participação política, o poder económico, o facto de serem ou não combatentes, etc. Com esta chamada de atenção, as coordenadoras do livro pretendem trazer à luz a grande heterogeneidade das sociedades que atravessam um período de reconstrução e mostrar que parte do fracasso da intervenção das agências internacionais é explicada pelo negligenciar das particularidades de cada caso.

Apesar da necessidade de uma análise específica e diferenciada, existe, na opinião das organizadoras do livro, um traço comum a alguns conflitos: a existência de ganhos para as mulheres, no sentido de uma consciencialização das suas capacidades.

No sótão do NEP

No entanto, estes ganhos não se consolidam no período posterior aos conflitos. Durante os conflitos surgem novas oportunidades para as mulheres assumirem papéis sociais até então exclusivamente desempenhados pelo sexo masculino (nomeadamente, cargos no sector público ou formas de participação na tomada de decisão política). Não existem, no entanto, condições estruturais para a consolidação de tais ganhos no período de reconstrução pós-conflito. Uma das principais variáveis que está na origem deste retrocesso nos ganhos verificados em tempos de “paz” é a violência contra as mulheres, que persiste, embora com características diferentes, no pós-guerra.

É esta problemática, transversal a todo o livro, que ocupa os capítulos da primeira parte da obra.

Na opinião de Codou Bop, “a ausência de uma perspectiva política capaz de transformar as relações entre os sexos pode explicar a precariedade dos direitos conquistados pelas mulheres”. O incentivo às comunidades locais (Meredeth Turshen), o combate à violência sexual, através de reformas legais e da capacitação económica e política das mulheres (Tina Sideris) e o estímulo à participação feminina nas negociações formais de paz (Sheila Meintjes) são apontadas como algumas das soluções capazes de alterar as relações patriarcais.

A segunda parte do livro consiste na

apresentação de alguns estudos de caso que corroboram a actualidade e a pertinência dos aspectos abordados no enquadramento teórico e, efectivamente, refutam a ideia de que as mulheres são meras “vítimas” dos conflitos armados. As autoras estudam a participação das mulheres durante e após os conflitos no Haiti, nos Balcãs e em várias zonas de conflito na Ásia e na África. A nota dominante desta análise é a grande diversidade e disparidade do tipo de actuação das mulheres nas situações de pós-conflito. O papel das organizações femininas na criação de uma ordem social mais justa no Haiti, a resposta das *Ogoni* na Nigéria à violência continuada a que estão sujeitas ou a utilização de maldições e pragas como forma de protesto social pela *Mother’s Front*, no Sri Lanka, são alguns dos exemplos da criatividade e da informalidade que caracteriza a participação das mulheres na reconstrução pós-bélica.

Este livro, escrito e organizado por mulheres que conciliam o trabalho académico com o activismo, constitui um ponto de viragem nas abordagens sobre as mulheres e os seus papéis durante e após os conflitos.

“*The Aftermath, Women in post-conflict transformation*” é, sem dúvida, uma obra que, recorrendo a casos exemplares e interessantes, deita por terra o mito de que as mulheres são apenas vítimas passivas dos conflitos armados.

Katia Cardoso - NEP

No sótão do NEP

Memória de Actividades do NEP

Formação NEP

Luzes e Sombras nos Processos de Reconstrução Pós-Bélica (curso de formação do NEP)

Programa:

22 de Outubro de 2004

•Sessão 1

A definição de um standard de reconstrução pós-bélica pelas Nações Unidas

Teresa Almeida Cravo (NEP-CES/FEUC)

•Sessão 2

O fim do conflito: o que fazer com os ex-combatentes?

Pedro de Pezarat Correia (FEUC)

•Sessão 3

Do confronto armado para o confronto político: a primazia do modelo democrático

José Manuel Pureza (NEP-CES/FEUC)

23 de Outubro de 2004

•Sessão 4

À procura da fórmula para a reconciliação de comunidades divididas

Carlos Martin Beristain (Coordenador do REMHI - Guatemala)

•Sessão 5

O papel da assistência internacional na reconstrução de países economicamente devastados

João Gomes Cravinho (FEUC)

•Sessão 6

Conclusões: luzes e sombras do modelo onusiano

João Gomes Cravinho, José Manuel Pureza, Teresa Almeida Cravo (FEUC)

Destaques

COLÓQUIO "O Processo de Construção de um Sistema Multipartidário em Angola" (Organizado pelo Centro de Estudos Sociais e pela Universidade Católica de Angola, financiado pelo Programa Lusitânia/Instituto Camões)

Luanda, 19 e 20 de Agosto de 2004

(<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep/pdfs/programafinalUCAN.pdf>)

A Newsletter do CES - CESemCena

Setembro 2004 newsletter '02

(<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/cesemcena/2/cesemcena1.php>)

Actividades NEP

24 de Julho a 1 de Setembro de 2004

Missão do Projecto "Angola: os Meios de Comunicação Social como Ferramenta para a Sociedade Civil"

Mónica Rafael (NEP) e Mabel González (CIP), juntamente com o Instituto Holandês para a África Austral (NIZA), realizaram em Benguela e em Lubango cursos de formação para jornalistas e representantes de ONG angolanas subordinados ao tema "Processos de Reconstrução Pós-bélica. O Caso de Angola".

Preparação e realização de um seminário em Luanda com as ONG angolanas parceiras do NIZA, para avaliação do trabalho e definição de passos futuros.

8 de Setembro de 2004

José Manuel Pureza (NEP) participou no Intensive Programme in Peace Studies "Conflict Resolution and European Legacies of War", do European Doctorate Enhancement in Peace and Conflict Studies, no Centre for European Studies, Limerick (Irlanda), com apresentação do seminário subordinado ao tema "Legal Pacifism: a critical view".

(http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep/pdfs/IP_Limerick_2004.pdf)

16 de Setembro de 2004

"Novíssimas Guerras, novíssimas pazes", Painel organizado pelo NEP no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais 'A Questão Social no Novo Milénio'.

(<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep/pdfs/painelnep.pdf>)

17 de Setembro de 2004

"Experiências locais de construção da paz", Grupo de Discussão organizado pelo NEP no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais 'A Questão Social no Novo Milénio'.